

31 de Dezembro

2022

Relatório e contas



Primeiro, acreditar.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2022

ECONOMIA MUNDIAL

Estima-se que a economia global tenha crescido para níveis de 3.4%, em 2022, justificados, maioritariamente, por factores domésticos reflectidos em várias economias, nomeadamente dos Estados Unidos da América, da Zona Euro, e das principais economias emergentes. Neste sentido e do lado da procura, a destacar o aumento do consumo e investimento privados, maiores do que o esperado, e apoios fiscais superiores ao previsto, particularmente em serviços e, em parte, através da redução do stock de poupanças, na medida da reabertura da economia nas diferentes geografias. Do lado da oferta, a redução de situações de bloqueio e a diminuição dos custos de transporte permitiram reduzir, em parte, a pressão sobre os preços dos factores de produção, bem como a recuperação em sectores anteriormente condicionados. Em particular, os preços dos produtos energéticos ajustaram-se mais rapidamente do que o esperado, ainda que num cenário de tensão geopolítica.

Apesar do crescimento verificado, alguns factores pesaram negativamente sobre a economia global em 2022, tais como o aumento geral dos preços, com apertos na política monetária em vários países, o ressurgimento da COVID-19 em alguns países, em particular na China, e a guerra da Rússia na Ucrânia.

De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional, espera-se que crescimento global para 2023 seja de 2.9%, sendo que alguns dos contrangimentos supra referidos ainda deverão permanecer por algum tempo, limitando, desta forma, o crescimento da economia mundial.

A inflação global situou-se nos 8.8% em 2022, sendo expectável uma redução para 6,6% em 2023, em função, essencialmente, da redução progressiva dos preços internacionais dos combustíveis e, conseqüentemente, dos produtos e serviços que lhe estão associados.

ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE

Crescimento Económico

De acordo com os Instituto Nacional de Estatística prevê-se que o PIB tenha crescido 3.60% no terceiro trimestre de 2022, um abrandamento face aos 4.59% verificados no segundo trimestre, maioritariamente impulsionado pelo sector primário, que cresceu 5.19%, com maior destaque para o ramo da Indústria de Extração Mineira com uma variação de 8.91%. O sector secundário registou uma variação negativa de 2.71%, justificado pelo ramo de Electricidade, Gás e Distribuição de Água com variação negativa de 3.13%. O sector terciário teve uma variação de 3.84%, com destaque para o ramo de Hotelaria e Restauração com uma variação de 13.32%. Face a este desempenho, estima-se que, em 2022, a economia Moçambicana tenha registado um crescimento anual na ordem dos 3.80%, ainda assim, acima das projecções iniciais do Governo de 2.90%.

Em 2023, o Governo espera que a economia registre um crescimento na ordem dos 5.0% suportado pela recuperação dos sectores mais afectados pela pandemia do Covid 19, nomeadamente o turismo, a construção e os transportes e comunicação. Adicionalmente, a indústria extractiva será outro factor impulsionador do crescimento económico, após o arranque no quarto trimestre de 2022 da produção e exportação de GNL no Projecto Coral Sul, na Rovuma Bacia.

Inflação

A taxa de inflação anual em Moçambique atingiu, em termos homólogos, 10.91% em dezembro de 2022 (5.69% em Dezembro de 2021) suportados pelo aumento dos preços dos produtos alimentares e bens administrados, principalmente os combustíveis líquidos e o seu efeito directo e indirecto no custo dos transportes e outros bens serviços.

O Governo espera que a inflação regresse a um único dígito, a médio prazo, impulsionada pelos efeitos dos aumentos das taxas de juro de referência em 2022, bem como pela alteração aos coeficientes de reservas obrigatórias efectuada no início de 2023.

Taxa de Câmbio

A taxa de câmbio encerrou o ano de 2022 em USD/MZN 63.87, mantendo-se estável desde o último trimestre de 2021 (15 meses consecutivos). O Governo indica, no seu documento de Cenário Fiscal do Médio Prazo 2023/2025, que espera que a taxa de câmbio continue a evoluir de forma controlada e estável em linha com os objectivos da política cambial.

No entanto, o aumento dos custos de financiamento internos e externos, bem como a redução acentuada das reservas internacionais brutas (RIB) para cerca de 3.5 meses de importações de bens e serviços, deverão contribuir para uma maior pressão sobre a estabilidade da taxa de câmbio.

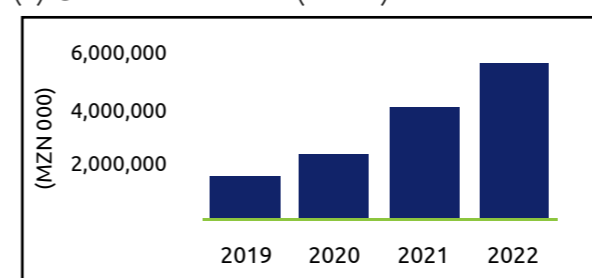
Política Monetária

O Banco de Moçambique fez dois incrementos de 200 pontos base cada, no ano de 2022, com a expectativa do retorno da inflação a um único dígito, num contexto de volatilidade dos preços da energia e dos alimentos no mercado global, num cenário do conflito Rússia-Ucrânia. Adicionalmente, na sua primeira sessão de política monetária de 2023, o Banco Central decidiu aumentar o coeficiente de reservas obrigatórias para a moeda nacional de 10,5% para 28% e de 11,5% para 28,5% para a moeda estrangeira, com o objectivo de absorver o excesso de liquidez.

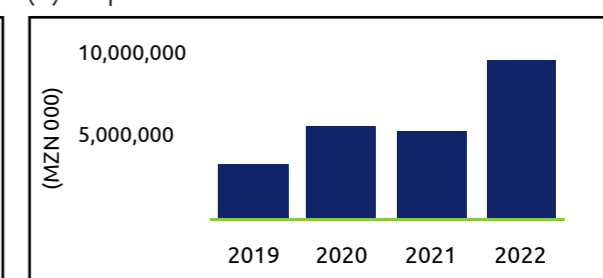
DESEMPENHO DO FIRST CAPITAL BANK

Análise do balanço

(a) Crédito a clientes (bruto)



(b) Depósitos de clientes



A carteira de crédito do First Capital Bank S.A. tem apresentado um crescimento bastante relevante, o que aliado a um modelo de risco de crédito conservador e um sistema eficaz de controlo interno, tem permitido um crescimento da margem financeira, bem como a manutenção do rácio de crédito vencido em níveis substancialmente inferiores à média do sector financeiro Moçambicano. Em particular, o crédito ao funcionário público, iniciado em 2020, tem contribuído, significativamente, para o crescimento da carteira de crédito e da margem financeira em 2022.

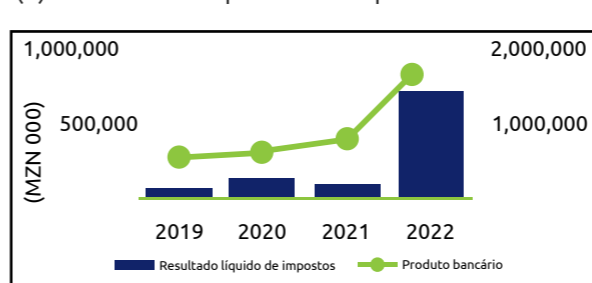
De igual forma, a carteira de depósitos do First Capital Bank S.A. também tem crescido de forma bastante significativa, como resultado do aumento da confiança dos clientes no Banco, bem como da continua melhoria dos serviços prestados e dos produtos oferecidos. A destacar em 2022, um maior crescimento da carteira de depósitos em moeda estrangeira em função de uma maior exposição a clientes exportadores.

Principais Indicadores – Base Individual

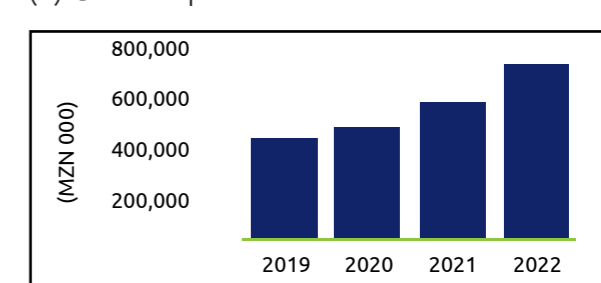
	2019	2020	2021	2022	Var. % 22/21
Balanço					
Activo total	5,273.43	7,714.69	7,683.62	12,645.37	64.58%
Rácio de eficiência					
Rendibilidade dos capitais próprios	7.06%	8.88%	5.75%	35.59%	518.97%
Rendibilidade do activo médio (ROA)	1.63%	1.96%	1.23%	6.47%	425.95%
Solvabilidade					
Tier I	38.19%	35.73%	27.60%	20.17%	-26.92%
Total	38.19%	35.73%	27.45%	22.84%	-16.78%
Qualidade do Crédito					
NPL	4.20%	5.20%	2.00%	0.50%	-75.00%
Rácio de liquidez					
Rácio de transformação	46.46%	40.49%	73.61%	58.57%	-20.44%
Rácio liquidez	76.13%	72.86%	40.40%	58.83%	45.62%
Outros indicadores					
Clientes(000)	15.71	16.29	17.01	15.91	-6.43%
Balcões	5	5	5	4	-20.00%
ATM	8	7	7	7	0.00%
POS	178	226	271	296	9.23%
Colaboradores	107	119	131	149	13.74%

Análise da demonstração de resultados

(a) Resultado líquido de impostos



(b) Custos operacionais

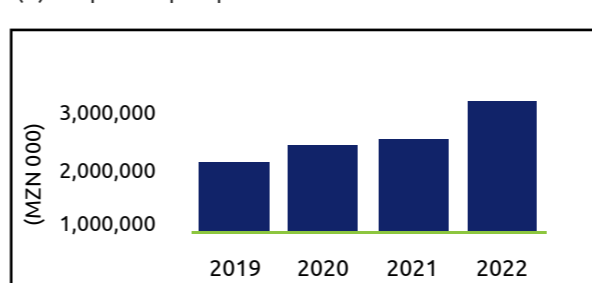


Em 2022, o resultado líquido de impostos registou um incremento de 648% passando para MZN 705.57 milhões. O produto bancário registou um crescimento relevante tendo passado de MZN 769 milhões, em 2021, para MZN 1,749 milhões em 2022, o que representa um acréscimo de 128%.

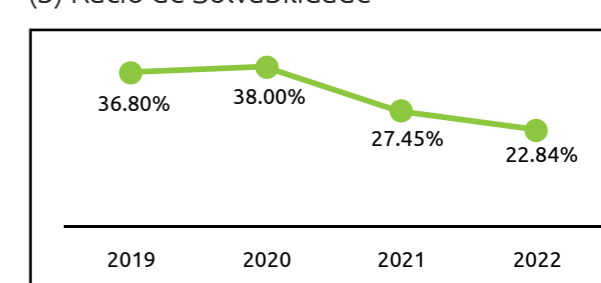
Os custos operacionais cifraram-se em MZN 708 milhões em 2022, o que representa um crescimento de 29% face aos MZN 548 milhões registados em 2021, alinhado com o crescimento do Banco, reflectido com investimentos em sistemas e no aumento do número de colaboradores, entre outros.

Análise dos capitais próprios

(a) Capitais próprios



(b) Rácio de Solvabilidade



Os capitais próprios do Banco têm sido influenciados positivamente pela consistência dos resultados alcançados pelo Banco, nos últimos anos. Em Janeiro de 2022, de forma a cumprir com o mínimo de capital regulamentar de MZN 1,7 biliões, o Banco procedeu com a emissão de dívida subordinada no montante de USD 3,3 milhões, totalmente subscrita pelos accionistas. O crescimento dos capitais próprios do Banco tem permitido, de igual forma, a expansão do seu negócio e um maior apoio à economia, por via de financiamentos a vários sectores de actividade, mantendo o seu rácio de solvabilidade em 22,84%, bastante acima do mínimo regulamentar exigido de 12%.

A 31 de Dezembro de 2022, a rentabilidade dos capitais próprios era de 35,6%, face aos 5,7% em 2021, o que reflecte a melhoria significativa da eficiência da utilização dos capitais próprios do Banco.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da legislação Moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei nº 20/20 das instituições de crédito relativas à constituição de Reservas, propõem-se que aos resultados do exercício apurados no balanço individual relativo ao exercício de 2022, no montante de 705,568,349 meticais, após a transferência do saldo da reserva para risco de crédito no montante de 48,322,590 para resultados transitados, seja dada a seguinte aplicação:

	%	Valor (meticais)
Reserva legal	30.00%	211.670.504,70
Resultados transitados	14.51%	102.407.187,00
Dividendos a pagar	55.49%	391.490.657,50

Conselho de Administração

Hitesh Anadkat
Presidente

Vijay Kantaria
Administrador Não Executivo

Carlos Henriques
Administrador Não Executivo Independente

Bantwal Prabhu
Administrador Não Executivo Independente

José Caldeira
Administrador Não Executivo Independente

António Sousa
Administrador Não Executivo Independente

Paula Rocha
Administradora Não Executiva Independente

Mamudo Ibrahimo
Administrador Não Executivo Independente

João Rodrigues
Administrador Delegado

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do First Capital Bank, S.A. em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2022, constantes das páginas 11 a 67, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do First Capital Bank, S.A., em 18 de Abril de 2023 e vão assinadas em seu nome por:

Conselho de Administração

Hitesh Anadkat
Presidente

Vijay Kantaria
Administrador Não Executivo

Carlos Henriques
Administrador Não Executivo Independente

Bantwal Prabhu
Administrador Não Executivo Independente

José Caldeira
Administrador Não Executivo Independente

António Sousa
Administrador Não Executivo Independente

Paula Rocha
Administradora Não Executiva Independente

Mamudo Ibrahimo
Administrador Não Executivo Independente

João Rodrigues
Administrador Delegado

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal vem submeter a V.Ex^{as}. o seu Relatório e emitir o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 2022, apresentados pelo Conselho de Administração do First Capital Bank, S.A.

O Conselho Fiscal teve acesso à informação que considerou relevante para o cabal exercício das suas funções, como sejam as demonstrações contabilísticas e orçamentárias elaboradas pelos órgãos competentes do Banco, os relatórios de Gestão contendo a Análise do Ambiente Macroeconómico, as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras, a Evolução dos Depósitos e Créditos, Análise do Crédito, a Situação Cambial e Análise de Risco.

O Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Conselho de Administração e as Direcções de Operações e Finanças, a Direcção de Crédito e as Direcções de Auditoria, Compliance e Risco.

Ao longo do exercício, este Conselho Fiscal dedicou especial atenção, mas não limitando, a:

- Desenvolvimento e acções de reestruturação interna;
- Regular revisão das demonstrações financeiras;
- Revisão das constatações e decisões da Auditoria Interna;
- Revisão das constatações do Banco de Moçambique;
- Revisão de Contas e Relatórios, Opinião e Recomendações da Auditoria Externa;
- Acompanhamento das decisões do Conselho de Administração;
- Acompanhamento das decisões do Comité de Auditoria, Comités de Risco e Compliance.

O Conselho Fiscal apreciou o teor do relatório dos Auditores Externos relativo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo a 31 de Dezembro de 2022 e o Relatório de Aprovação das Contas do Conselho de Administração do Banco.

O Conselho Fiscal é de opinião que as demonstrações financeiras do exercício económico de 2022, apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados do First Capital Bank, S.A. preparados de acordo com as Normas Financeiras de Relato Internacional, e que estão conforme a legislação comercial, financeira e fiscal vigentes e as disposições estatutárias, assim como com as normas emitidas pelo Banco de Moçambique.

O Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral Anual, nos termos do artigo 89 e 90 do Código Comercial, e do artigo 82 da Lei 20/2020 das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprove:

- O Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2022;
- A transferência da reserva de risco de crédito no valor de 48.322.590 meticais, para a conta de resultados transitados com o saldo actual de (150.729.777) meticais.
- A proposta do Conselho de Administração sobre aplicação dos Resultados Líquidos apurados no balanço do exercício de 2022 (RLE), no valor de 705.568.349 Meticais, nos seguintes termos:
 - 211.670.504.7 Meticais para Reservas Legais (30% dos RLE);
 - 102.407.187.0 Meticais para a conta de Resultados Transitados (14.51 % dos RLE);
 - 391.490.657.5 Meticais para os Dividendos a pagar aos Sócios (55.49% dos RLE).

O Conselho Fiscal

Andreia Durão
(Presidente)

Carlos Costa
(Vogal)

Dipak Lalgi
(Vogal)



Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Lda.
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUIT:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

FIRST CAPITAL BANK, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do First Capital Bank, S.A. (“Banco”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022, a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras do First Capital Bank, S.A. relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2021, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 21 de Abril de 2022.

Outra Informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório Anual da Administração, conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de

demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Representada por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado Nº 33)

Maputo, 20 de Abril de 2023

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	2	1,109,878,719	791,144,003
Juros e gastos similares	2	-287,915,544	-325,727,233
Margem Financeira		<u>821,963,175</u>	<u>465,416,770</u>
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	3	257,804,064	156,277,873
Resultados em operações cambiais	4	669,558,546	183,795,092
Resultados líquidos em activos financeiros		-401,600	-1,247,397
Outros resultados de exploração	6	-257,902	-35,740,184
Produto bancário		<u>1,748,666,283</u>	<u>768,502,154</u>
Gastos com pessoal	7	-352,408,449	-287,741,465
Outros gastos operacionais	8	-270,631,276	-183,019,858
Depreciações e amortizações	17,18,19	-84,662,369	-76,829,673
Total de custos operacionais		<u>-707,702,094</u>	<u>-547,590,996</u>
Resultado operacional antes de imparidade e provisões		1,040,964,189	220,911,158
Imparidade de crédito	15	-37,978,925	-83,650,401
Imparidades de outros instrumentos financeiros	12, 13	-1,297,330	338,695
Outras provisões	25	-15,381,739	-11,168,028
Resultado antes do imposto		<u>986,306,194</u>	<u>126,431,424</u>
Imposto corrente	9	-108,704,687	-65,053,365
Imposto diferido	9	-172,033,158	32,991,440
Resultado líquido do exercício		<u>705,568,349</u>	<u>94,369,499</u>
Outro rendimento integral		-	-
Total do rendimento integral		<u>705,568,349</u>	<u>94,369,499</u>

O Administrador Delegado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	2022	2021
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	777,123,142	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito	11	59,816,460	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito	12	5,204,836,516	1,262,155,217
Activos financeiros ao custo amortizado	13	696,364,548	785,601,714
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	5,405,706,155	3,960,632,677
Activos não correntes detidos para a venda	16	8,476,938	4,951,708
Outros activos	21	168,850,222	55,474,989
Activos tangíveis	17	179,539,839	158,171,465
Activos sob direito de uso	18	80,873,037	91,257,394
Activos intangíveis	19	29,843,193	31,387,059
Activos por impostos correntes	20	27,613,854	27,613,854
Activos por impostos diferidos	9	-	172,033,158
Total do activo		<u>12,645,371,452</u>	<u>7,683,623,225</u>
Passivo			
Recursos de instituições de crédito	22	21,348,244	352,692,603
Depósitos de clientes	23	9,629,209,763	5,420,396,760
Empréstimos Subordinados	24	219,886,846	-
Provisões	25	43,515,947	33,812,134
Passivos por impostos correntes	20	52,003,532	-
Passivos de locação	18	80,780,003	89,645,638
Outros passivos	26	205,806,035	99,823,356
Total do passivo		<u>10,252,550,370</u>	<u>5,996,370,491</u>
Capital			
Capital social	27	1,700,000,000	1,700,000,000
Reservas	28	137,982,510	109,671,661
Resultados transitados		-150,729,777	-216,788,426
Resultado líquido do exercício		705,568,349	94,369,499
Total do capital próprio		<u>2,392,821,082</u>	<u>1,687,252,734</u>
Total do capital próprio e passivo		<u>12,645,371,452</u>	<u>7,683,623,225</u>

O Administrador Delegado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Reserva para risco de crédito	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2021	1,700,000,000	42,215,436	48,322,590	-325,212,360	127,557,568	1,592,883,234
Aplicação do resultado do exercício a:	-	19,133,635	-	108,423,933	-127,557,568	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	94,369,499	94,369,499
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	<u>1,700,000,000</u>	<u>61,349,071</u>	<u>48,322,590</u>	<u>-216,788,426</u>	<u>94,369,499</u>	<u>1,687,252,734</u>
Aplicação do resultado do exercício a:	-	28,310,850	-	66,058,649	-94,369,499	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	705,568,349	705,568,349
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	<u>1,700,000,000</u>	<u>89,659,920</u>	<u>48,322,590</u>	<u>-150,729,777</u>	<u>705,568,349</u>	<u>2,392,821,082</u>

O Administrador Delegado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	2022	2021
Fluxos das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		705,568,349	94,369,499
Depreciações e amortizações	17,18,19	84,662,369	76,829,673
Gasto com imparidade de crédito	15,25	53,360,664	94,818,429
Gastos com imparidade de outros activos	13	1,297,330	-338,695
Acréscimos e diferimentos de juros		-6,670,234	-1,921,884
Variação nos activos operacionais		-1,638,791,193	-1,846,361,394
Variação nos passivos operacionais		4,045,408,878	-125,438,595
Variação nos outros activos correntes		172,033,158	-32,991,440
Variação no limite de reservas mínimas obrigatórias		690,552,704	195,965,033
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais		<u>4,107,422,026</u>	<u>-1,545,069,375</u>
Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	17	-61,865,036	-66,585,795
Abate de activos tangíveis	17	1,381,009	21,779,444
Aquisição de activos intangíveis	19	-10,151,836	-17,645,160
Aquisição de títulos	13	-111,615,000	-459,815,000
Reembolso de títulos	13	206,215,000	717,849,000
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades de investimento		<u>23,964,137</u>	<u>195,582,489</u>
Actividades de financiamento			
Aumento de empréstimos subordinados	24	210,771,000	-
Fluxo de caixa de líquido gerado nas actividades de financiamento		<u>210,771,000</u>	<u>-</u>
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalente de caixa		4,342,157,164	-1,349,486,886
Caixa e equivalente de caixa no início do ano		1,699,618,956	3,049,105,843
Caixa e equivalente de caixa no fim do ano	30	<u>6,041,776,119</u>	<u>1,699,618,956</u>

O Administrador Delegado

O Conselho de Administração



1. Introdução

O First Capital Bank, S.A. (adiante designado por First Capital Bank ou Banco), começou a operar em Moçambique em julho de 2013, quando assumiu as operações do International Commercial Bank. O First Capital Bank S.A. é propriedade conjunta do FMB Capital Holdings plc (Grupo FMBCH) e de outros dois accionistas estrangeiros. As actividades do Banco centram-se na recepção de depósitos, concessão de créditos a clientes particulares e às empresas, bem como na realização de operações de banca de investimento a nível nacional.

1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e com o Código Comercial de Moçambique. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que é a moeda funcional do Banco.

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes face as políticas do exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de Abril de 2023 e serão submetidas para aprovação pelos accionistas em reunião de Assembleia Geral.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados de activos, passivos, réditos e gastos. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos são periodicamente revistos. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos os períodos.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a gestão usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar em ajustamentos, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas), IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) e o Imposto de selo.

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao período durante o qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na IFRS 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que os requisitos específicos para este cenário contidos na IFRS 9 serão aplicados. A norma determina a constituição de provisões para perdas de crédito esperadas. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de diversos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias do negócio dos clientes e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, são registadas as perdas de crédito esperadas para um período de 12 meses. As imparidades determinadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiros serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Provisões

As provisões são reconhecidas pelo Banco quando existe uma obrigação presente que pode ser legal ou decorrente de uma prática passada que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades, seja provável que o pagamento venha a ser exigido e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor da obrigação.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios sendo descritas abaixo como segue:

a) Instrumentos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Activos financeiros ao custo amortizado
- ii. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e nas suas características de fluxo de caixa contratuais. Derivados relacionados com um determinado activo financeiro no âmbito da norma não são segregados, sendo a classificação do instrumento financeiro composto avaliada de forma conjunta. Os modelos de negócios são explicados como se segue:

(i) Activos financeiros ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo é detido num modelo de negócio cuja finalidade é manter o activo financeiro com o objectivo de obter os seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa associados a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios, que inclui a determinação do objectivo de manter o activo e se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Quando as cláusulas contratuais introduzem exposição a risco ou volatilidade que se considerem inconsistentes com um acordo de empréstimo inicial o activo financeiro é classificado como ao justo valor por meio de resultados.

(ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo é classificado nesta categoria se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- É detido num modelo de negócio cujo objectivo é atingido tanto pela colecta de fluxos de caixa contratuais (Dividendos).
- Os termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida.

Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente os activos financeiros na data em que são originados, nomeadamente aquando da contratação dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a IFRS 9, activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas. Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados transitados em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados ao custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem como as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação e de serviço são ambas consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões de originação são adicionadas ao montante da dívida original e incluídas na mensuração inicial do empréstimo. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial.

As perdas de crédito esperadas são calculadas de acordo com os princípios estabelecidos pela IFRS 9, a carteira de crédito do First Capital Bank está concentrada no segmento corporate e o Banco opta por uma avaliação individual mediante o preenchimento de requisitos internos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros alterar, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados com a nova categoria aplicam-se prospectivamente a partir do primeiro dia do exercício financeiro após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco. Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico.

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro. Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Adicionalmente, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constitui uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo do cumprimento ou não dos termos acordados.

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento. A renegociação de empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para cumprir com os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos. Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças na periodicidade dos fluxos de caixa do empréstimo (capital e amortização de juros) e redução no montante dos fluxos de caixa devidos (capital e juros vencidos), concretizadas mediante adendas às cláusulas contratuais.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, alteração da moeda de denominação do activo ou mudança na contraparte, bem como a extensão das alterações na taxa de juros, data de vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, é realizada uma avaliação quantitativa para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, sendo ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for superior a 90%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento do activo.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data. A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro gerará a um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na perda esperada de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Esta premissa aplica-se somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação. O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de default) remanescente ao longo da vida estimada do activo com base nos dados no seu reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
- Com a PD remanescente na data de relato financeiro com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de cobrar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à Expected Credit Loss (ECL) vitalícia. A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhoria do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade. Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar. Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do writte off de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurado ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificada no resultado.

Imparidades

As perdas por imparidade são calculadas de acordo com os requisitos do Banco de Moçambique em linha com os princípios estabelecidos no IFRS 9. Porque o portfólio de crédito é heterogêneo e bastante concentrado no segmento Corporate, o First Capital Bank opta pela Avaliação Individual, mediante o preenchimento de um dos requisitos abaixo descritos:

- Scorecard para os mutuários Corporate, com facturação superior a USD 2,5 milhões (crédito financeiro e não financeiro), para determinar a probabilidade de perda (PD). Os resultados do Scorecard são um componente-chave das medidas de Perda Esperada e Perda Inesperada e são usados para:
- Avaliação e aprovações de crédito, definição de limites e tectos, Gestão de riscos e propósitos de relatórios, Relatório de imparidades do IFRS 9, Preçario futura baseada em risco, Requisitos de capital futuros (em uma base econômica);
- Para os Mutuários com facturação abaixo de USD 2.5 milhões (crédito financeiro e não financeiro), são usados ratings internos convertidos das tabelas de PD Corporativo da S&P para determinar a PD.

Os activos sujeitos a imparidade são divididos em três estágios, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu reconhecimento inicial:

- Estágio 1 – desempenho esperado na originação;
- Estágio 2 – sofreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento;
- Estágio 3 – crédito em imparidade/incumprimento.

Uma provisão para perdas igual a 12m de ECL é considerada para empréstimos de Estágio 1, ou igual à perda vitalícia para empréstimos de estágio 2. Para o estágio 3, o ECL é estimado com base na exposição actual e na perda dada por incumprimento (LGD).

Para os clientes corporate o LGD é calculado em função as aspectos macro economicos de Moçambique, sendo uma combinação de três factores, nomeadamente: Perda dada a liquidação, Perda dada a reestruturação e Perda dada a cura. Cada facilidade é ajustada para o tipo e nível de garantia, os haircut para as garantias, estão definidos de acordo com o tipo de mitigante.

Para restantes clientes da carteira da crédito o Cálculo do LGD o First Capital Bank adopta a seguinte metodologia:

Para o Estágio 1 e Estágio 2, o LGD é calculado considerando a existência ou não de garantias, assumindo capacidade de recuperação por meio da execução de garantias existentes para gerar fluxos de caixa. Os haircut estão definidos de acordo com o tipo de mitigante.

Definição de incumprimento:

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou na vida útil do activo, pois o incumprimento é uma componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração da ECL como a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

- O mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
 - É improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.
- A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha excedido o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em dívida.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague as suas obrigações de crédito, o Banco tem em conta indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, como seja, por exemplo, o indicador qualitativo de incumprimento de cláusulas contratuais associadas ao negócio de clientes empresa, o qual geralmente não é aplicável para empréstimos de retalho. Indicadores quantitativos, como sejam o atraso no pagamento do serviço de dívida e o não pagamento de outras obrigações por parte do mutuário no sector financeiro Moçambicano, são elementos fundamentais nessa análise. O Banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, incluindo se houve uma redução do valor recuperável. Se tiver ocorrido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base no prazo remanescente ao invés da ECL de 12 meses.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no prazo residual do instrumento. Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis, incluindo estimativas futuras.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. A ponderação desses diferentes cenários forma a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos de clientes empresa, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno em função da avaliação da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança da PD ao longo da vida do instrumento financeiro comparando:

- i. A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- ii. A PD do prazo residual do instrumento no momento actual, estimada com base em factos e circunstâncias do momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs utilizadas são forward-looking e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas estimadas de crédito (ECL).

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos numa "lista de observação", objecto de monitorização regular.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixa do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há um back-stop quando um activo fica 30 dias em mora, sendo que nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo passa para o estágio 2 no modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

b) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas à taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, as taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2022	2021
Dólar Americano	63.87	63.83
Rand Sul Africano	3.77	4.02

c) Passivos financeiros e instrumentos de capitais próprios

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitidos são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivativo pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivativo sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados como ao justo valor através de resultados. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- i. Foi incorrido principalmente para recomprá-lo no curto prazo; ou
- ii. No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- iii. É um derivativo que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, cujo desempenho é avaliado com base no justo valor, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, sendo que a IFRS 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os ganhos/perdas de passivos financeiros ao justo valor resultantes de nova mensuração são reconhecidos em resultados, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada. O ganho / perda líquido reconhecido em resultados inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados ao justo valor, líquidos dos custos da transacção. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva consiste em calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e reconhecer a despesa de juros pelo período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida em resultados.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas, usando a taxa efectiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

d) Determinação do custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução por perda de imparidade.

e) Determinação do justo valor (IFRS 13)

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado, numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo, à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo. O principal ou mais vantajoso mercado tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado no pressuposto de que os participantes de mercado efectuaram a transacção agindo no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro tem em consideração a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos, maximização da utilização do activo, ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da melhor maneira possível.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseado no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração.
- Nível 2 - Justo valor determinado com base em dados observáveis de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para os activos ou passivos, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em Mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia do justo valor pela reavaliação da sua categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

f) Garantias financeiras (IAS 37)

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias e avales. Tais garantias são registadas em contas extrapatrimoniais e divulgadas como passivos contingentes (Nota 33).

g) Reconhecimento de rédito e gasto

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica:

Juros, rendimentos e gastos similares

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados ao justo valor, são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juro efectiva. Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do justo valor durante o período.

A taxa de juro efectiva é a taxa de desconto dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor contabilístico do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas entre as partes do contrato, que são incrementais e directamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, os custos de transacção e todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito, a taxa de juro efectiva reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidos do activo financeiro.

Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da taxa de juro efectiva. As comissões incluídas nesta componente da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico, e comissões na sindicância de empréstimos. Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida em que os serviços são recebidos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, e disponibilidades em outras instituições de crédito, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado (Nota 30).

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são incluídos no valor contabilístico do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As outras despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data

	Anos
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	3-10
Viaturas	4
Ferramentas e utensílios	10

de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

O Banco efectua regularmente a análise da adequidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As obras em edifícios arrendados são depreciadas num prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda o valor recuperável estimado, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados. O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em outros ganhos operacionais ou outros gastos operacionais, respectivamente, na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo histórico deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como um activo quando o Banco consegue demonstrar a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 4 anos.

k) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo não financeiro, se existe evidência objectiva de imparidade. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo (maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor deduzido dos custos de venda). Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para apurar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

l) Impostos sobre rendimento

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 9), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

m) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidos ao capital próprio quando são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados.

Dividendos relativos ao exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação.

o) Locações

A contabilização das locações segue o disposto na NIRF 16- Locações, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente ("locatário") e o fornecedor ("locador").

De acordo com a referida norma, o locatário reconhece um activo de direito de uso, que representa um direito de usar o activo subjacente, e um passivo de locação, que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor. Todos os contratos ao abrigo desta isenção não são significativos para o Banco.

Na qualidade de locatário, o Banco reconhece novos activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (agências e outros) e reconhece um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação. O Banco inclui os pagamentos devidos no âmbito do contrato de locação no seu passivo de locação.

p) Normas emitidas ou revistas mas ainda não efectivas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adoptadas ("endorsed") têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

• Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro

- Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais;
- É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.
- A alteração é de aplicação prospetiva. ;

• Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento

- Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados;

• Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato

- Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato;
- Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato;
- Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo;

• Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

- Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS;

• Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

- Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro);

• Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)

- Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13;

• Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021

- Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada 'Concessões relacionadas com a COVID-19' foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação; oOs locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16;
- Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.
- Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios (i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;(ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; (iii) e não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas:

• Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes (entra em vigor a 1 de Janeiro de 2024)

- Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.
- A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant".
- No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.
- Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospectiva.

• Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação (entra em vigor a 1 de Janeiro de 2024)

- Esta alteração especifica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale & leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.
- Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos"
- Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma a que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à "venda" parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16.
- Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

O Banco prevê que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais para os períodos anuais com início nas respectivas datas. O Banco ainda não avaliou o potencial impacto da aplicação dessas normas.

	2022	2021
2 Margem financeira		
Os juros líquidos apresentam-se como segue:		
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a cliente	761,902,297	464,924,272
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	312,777,234	276,980,027
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	35,199,188	49,239,704
	<u>1,109,878,719</u>	<u>791,144,003</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de clientes	263,517,555	317,985,906
Juros de depósitos do banco central e outros bancos	2,018,669	4,608,270
Juros de passivos subordinados	18,595,244	-
Juros de passivos de locação	3,784,076	3,133,057
	<u>287,915,544</u>	<u>325,727,233</u>
	<u>821,963,175</u>	<u>465,416,770</u>

O aumento da margem financeira, face ao ano anterior, deve-se ao aumento da carteira de crédito, bem como ao aumento das taxas de juro de mercado. Adicionalmente, ainda que num cenário de subida de taxas de juro, uma carteira de depósitos mais diversificada e com maior exposição a contas transacionais, permitiu a redução dos juros e custos similares.

	2022	2021
3 Rendimento líquido de comissões e serviços		
Esta rubrica apresenta-se como segue:		
Rendimentos de comissões e serviços		
Por serviços bancários prestados	132,827,750	101,938,749
De transacções com terceiros	143,104,533	60,599,802
Outras comissões e serviços	36,690,023	20,014,507
	<u>312,622,306</u>	<u>182,553,058</u>
Gastos de comissões e serviços		
Por transacções com outros bancos	-20,945,553	-16,824,240
Outras comissões e serviços	-33,872,689	-9,450,945
	<u>-54,818,242</u>	<u>-26,275,185</u>
	<u>257,804,064</u>	<u>156,277,873</u>

A rubrica de transacções com terceiros inclui comissões anuais de garantias bancárias que no ano corrente teve um crescimento notável devido ao aumento de volume de transacções.

	2022	2021
4 Resultados de operações cambiais		
A rubrica de operações cambiais apresenta-se como segue:		
Ganhos em operações cambiais	726,970,554	441,183,629
Perdas em operações cambiais	-57,412,008	-257,388,537
	<u>669,558,546</u>	<u>183,795,092</u>

O aumento de resultados de operações cambiais, em 2022, advém do acréscimo significativo do volume de operações realizadas no ano, em função do aumento e diversificação da carteira de clientes do Banco, em particular no segmento de clientes exportadores.

	2022	2021
5 Resultados líquidos em activos financeiros ao custo amortizado		
A rubrica de operações cambiais apresenta-se como segue:		
Ganhos na compra e revenda de títulos	807,500	112,500
Perdas em prémios de emissão	-1,209,100	-1,359,897
	<u>-401,600</u>	<u>-1,247,397</u>

	2022	2021
6 Outros resultados de exploração		
Esta rubrica apresenta-se como segue:		
Outros proveitos de exploração		
Recuperação de créditos	1,045,806	2,951,913
Reversão de encargos com credores	1,107,610	32,505,255
Outros ganhos	2,826,953	917,098
	<u>4,980,369</u>	<u>36,374,266</u>
Outros custos de exploração		
Donativos e quotizações	-2,910,991	-508,250
Multas e outras penalidades legais	-29,623	-67,046,400
Outros custos de exploração	-2,297,657	-4,559,800
	<u>-5,238,271</u>	<u>-72,114,450</u>
	<u>-257,902</u>	<u>-35,740,184</u>

A rubrica reversão de encargos com credores incluía, em 2021, uma reversão de valores a pagar ao grupo, referentes a exercícios anteriores no valor de 23,388,525 Meticais.

	2022	2021
7 Gastos com pessoal		
A rubrica de gastos com pessoal apresenta-se como segue:		
Remunerações aos trabalhadores	336,302,356	275,681,264
Impostos sobre as remunerações	10,850,948	9,438,084
Formações/treinamento	5,255,145	2,622,117
	<u>352,408,449</u>	<u>287,741,465</u>

O crescimento verificado em 2022 deve-se, essencialmente, à contratação de novos quadros, em linha com o crescimento do negócio e das áreas de suporte ao negócio do Banco.

Os colaboradores distribuem-se nas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2022	2021
Directores/Sub-Directores	21	19
Chefes de serviço	8	10
Gestores/Analistas/Gerentes	41	33
Técnicos	74	61
Suporte	5	8
Total	149	131

	2022	2021
8 Outros gastos operacionais		
Esta rubrica apresenta-se como segue:		
Manutenção	56,508,503	42,685,825
Serviços prestados por contrapartes do grupo	58,303,876	32,676,097
Consultoria	53,874,343	27,844,950
Comunicações	19,697,656	16,016,758
Segurança	14,642,498	12,121,785
Publicidade	14,603,395	9,453,835
Despesas de viagem e de representação	18,949,201	13,415,696
Consumíveis	15,446,658	7,745,608
Água, energia e combustíveis	5,732,427	5,933,937
Rendas e aluguer	2,478,794	8,020,134
Outros gastos	10,393,925	7,105,233
	<u>270,631,276</u>	<u>183,019,858</u>

Entre os vários investimentos realizados ao longo dos últimos anos, destacam-se os de IT, com o objectivo de melhorar o nível de serviço ao cliente, bem como reduzir a carga e o risco operacional associado aos diferentes processos do Banco, o que, desta forma, tem contribuído para o aumento dos custos com manutenção.

Os serviços prestados pelas contrapartes do grupo, referem-se ao suporte, por parte do FMB capital Holdings Plc e First Capital Shared Services Ltd, que teve um aumento significativo devido ao facto de este custo apenas ter sido reconhecido após Junho de 2021.

Os custos com consultoria incluem prestações de serviços efectuados pelo Cedsif, referentes ao reembolso do crédito ao funcionário público no valor 22,082,862 Meticais (1,781,733 Meticais em 2021).

As rubricas de comunicações, publicidade, despesas de viagem, de representações e de consumíveis registaram um crescimento devido, essencialmente, ao fim da pandemia e, conseqüentemente, ao retomar de algumas actividades anteriormente condicionadas.

	2022	2021		
9 Impostos sobre o rendimento				
9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados				
Imposto corrente	108,704,687	65,053,365		
Imposto diferido	172,033,158	-32,991,440		
	<u>280,737,845</u>	<u>32,061,925</u>		
Reconciliação de gastos com impostos				
Reconciliação entre o lucro contabilístico e gastos com impostos:				
	Taxa de imposto	2022	Taxa de imposto	2021
		Valor		Valor
Lucro antes de impostos		986,306,194		126,431,424
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32.00%	315,617,982	32.00%	40,458,056
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	1.48%	14,611,272	7.31%	9,242,266
Rendimentos dedutíveis	-10.16%	-100,235,236	-65.40%	-82,691,762
Correcções dos exercícios anteriores	-1%	-11,984,000		-
Tributação		<u>218,010,018</u>		<u>-</u>
IRPC sobre rendimentos de juros de títulos de dívida e outras aplicações - taxa liberatória	20.00%	62,727,827	20.00%	65,053,365
Imposto do exercício	28%	<u>280,737,845</u>	25%	<u>32,061,925</u>

	2022	2021
9.2 Impostos diferidos		
Segue-se a análise de activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira:		
Activos por impostos diferidos		
Prejuízos fiscais	-	172,033,158
Total de activos por impostos diferidos	<u>-</u>	<u>172,033,158</u>
Reconciliação de activos por impostos diferidos		
Em 1 de Janeiro	172,033,158	139,041,718
Aumento/Redução	-172,033,158	32,991,440
Em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>172,033,158</u>
Reconciliação dos prejuízos fiscais		
Em 1 de Janeiro	575,053,624	471,955,374
Prejuízo do exercício	-	103,098,250
Lucro do exercício	-575,053,624	-
Em 31 de Dezembro	<u>-</u>	<u>575,053,624</u>

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco apresentava prejuízos fiscais acumulados no montante de MZN 575,053,624, que podiam ser utilizados para compensar lucros fiscais futuros, dentro de um período de cinco anos, após o exercício a que respeitam. Em função de todo o resultado gerado e lucro fiscal, o prejuízo fiscal foi utilizado na sua totalidade no exercício de 2022.

10 Caixa e Disponibilidades no Banco Central

	2022	2021
Caixa	127,443,753	53,577,951
Banco de Moçambique	<u>649,679,389</u>	<u>824,159,729</u>
	<u>777,123,142</u>	<u>877,737,680</u>

A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como segue:

Parte dos saldos existentes junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para constituição de reservas obrigatórias. Em 31 de Dezembro de 2022, o montante das reservas mínimas obrigatórias ascendia a 994,540,384 Meticais (690,552,704 Meticais em 2021), sendo este exigível com base em saldos médios.

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2022, especificada nas diretrizes do Banco Central, ao abrigo do Aviso nº. 11/GBM/2021 e da Circular nº 06/EMO/2021, determina a manutenção média de depósitos junto do Banco Central de 10.5% para a moeda nacional e 11.5% para a moeda estrangeira de clientes residentes e não residentes e do Estado moçambicano.

Esta reserva não é remunerada e não é considerada como parte de caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa (Nota 30).

11 Disponibilidades em instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Depósitos em outras instituições de crédito no país	14,884,076	1,498,105
Depósitos em outras instituições de crédito no estrangeiro	<u>44,932,384</u>	<u>248,780,658</u>
	<u>59,816,460</u>	<u>250,278,763</u>

12 Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como segue:

Aplicações no mercado monetário interbancário	2,150,001,030	815,001,327
Depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro	3,049,194,830	446,810,000
Juros a receber de aplicações em instituições de crédito	<u>5,651,058</u>	<u>364,362</u>
	<u>5,204,846,918</u>	<u>1,262,175,689</u>
Imparidade acumulada	<u>-10,402</u>	<u>-20,472</u>
	<u>5,204,836,516</u>	<u>1,262,155,217</u>

As aplicações em instituições de crédito são de curto prazo para as quais existe um risco mínimo de alteração de valor.

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

Saldo inicial	20,472	20,472
Imparidade do exercício	<u>-10,070</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>10,402</u>	<u>20,472</u>

13 Activos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2022	2021
Obrigações de emissores nacionais (OT's)	668,507,300	763,507,300
Bilhetes do Tesouro	<u>1,600,000</u>	<u>1,200,000</u>
	<u>670,107,300</u>	<u>764,707,300</u>
Juros a receber (obrigações)	30,084,454	23,596,225
Proveitos diferidos (Bilhetes de Tesouro)	<u>-16,052</u>	<u>-198,057</u>
	<u>700,175,702</u>	<u>788,105,468</u>
Imparidade acumulada	<u>-3,811,154</u>	<u>-2,503,754</u>
	<u>696,364,548</u>	<u>785,601,714</u>

O movimento dos activos financeiros ao custo amortizado, apresenta-se como se segue:

Saldo inicial	764,707,300	1,022,741,300
Aquisições	111,615,000	459,815,000
Reembolsos	<u>-206,215,000</u>	<u>-717,849,000</u>
Saldo final	<u>670,107,300</u>	<u>764,707,300</u>

A análise do movimento da imparidade acumulada é como se segue:

Saldo inicial	2,503,754	2,842,449
Reversão de imparidade	-	-338,695
Imparidade do exercício	<u>1,307,400</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>3,811,154</u>	<u>2,503,754</u>

14 Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral

	2022	2021
SIMO	<u>6,327,548</u>	<u>6,327,548</u>
	<u>6,327,548</u>	<u>6,327,548</u>

Os activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral referem-se às acções detidas pelo Banco na SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique, S.A., uma empresa financeira responsável pela compensação de valores.

Dado que não existe um mercado activo no qual pode ser determinado o justo valor de activos semelhantes, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Além disso, toda a informação relevante disponível à data do balanço indica que não há evidência objectiva que poderia levar a concluir que o activo financeiro esteja em imparidade e, como tal, nenhuma imparidade foi constituída.

15 Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamentos a clientes apresenta-se como segue:

	2022	2021
Crédito		
Carteira vincenda	3,587,308,183	1,937,688,743
Carteira vencida	315,032,567	189,080,713
Descobertos bancários		
Carteira vincenda	1,506,976,190	1,794,331,839
Carteira vencida	<u>205,018,362</u>	<u>68,747,188</u>
	<u>5,614,335,302</u>	<u>3,989,848,483</u>
Juros a receber	19,851,521	31,896,461
Comissões diferidas	-192,177,589	-14,416,968
Imparidade acumulada	<u>-36,303,079</u>	<u>-46,695,299</u>
	<u>5,405,706,155</u>	<u>3,960,632,677</u>

A análise do movimento da imparidade acumulada para créditos a clientes é como se segue:

2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo de abertura	12,720,973	482,956	33,491,370	46,695,299
Imparidade de exercício	32,204,395	7,116,618	27,798,433	67,119,447
Reversões	-24,653,601	-1,317,096	-3,169,825	-29,140,522
Utilização	-	-	-48,371,145	-48,371,145
Saldo final	<u>20,271,768</u>	<u>6,282,479</u>	<u>9,748,833</u>	<u>36,303,080</u>

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo de abertura	15,350,795	142,350	74,282,706	89,775,851
Imparidade de exercício	4,954,132	10,102,205	89,484,568	104,540,906
Reversões	-7,583,955	-9,761,599	-3,544,950	-20,890,505
Utilização	-	-	-124,688,977	-124,688,977
Ajustamentos as imparidades	-	-	-2,041,977	-2,041,977
Saldo final	<u>12,720,973</u>	<u>482,956</u>	<u>33,491,370</u>	<u>46,695,299</u>

16 Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Imóveis recebidos em dação	26,841,659	23,316,429
Imparidade de activos não correntes detidos para venda	<u>-18,364,721</u>	<u>-18,364,721</u>
	<u>8,476,938</u>	<u>4,951,708</u>

A rubrica de outros activos detidos para venda aumentou devido a resolução de um contrato de crédito sobre um cliente pela entrega de imóvel em dação.

17 Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Obras em edifícios arrendados	Equipamento	Viaturas	Ferramentas e utensílios	Total
Custo					
1 de Janeiro de 2021	<u>156,911,789</u>	<u>77,952,464</u>	<u>35,755,232</u>	<u>13,563,965</u>	<u>284,183,450</u>
Adições	43,785,410	15,266,352	5,720,000	1,814,034	66,585,795
Abates	<u>-31,555,022</u>	<u>-18,079,243</u>	<u>-3,335,851</u>	<u>-9,078,136</u>	<u>-62,048,252</u>
31 de Dezembro de 2021	169,142,176	75,139,572	38,139,381	6,299,863	288,720,993
Adições	18,121,625	33,197,164	4,100,000	6,446,248	61,865,036
Ajustamentos	-117,317	766,340	-	-649,023	-
Abates	-	-64,482	-4,935,450	-	-4,999,932
31 de Dezembro de 2022	<u>187,146,484</u>	<u>109,038,595</u>	<u>37,303,931</u>	<u>12,097,088</u>	<u>345,586,098</u>
Depreciações acumuladas					
1 de Janeiro de 2021	<u>55,708,448</u>	<u>45,459,355</u>	<u>22,721,247</u>	<u>10,050,299</u>	<u>133,939,350</u>
Depreciações do exercício	15,764,516	13,265,725	7,368,106	471,000	36,869,347
Ajustamentos as depreciações	15,706	-6,066	-	-	9,640
Abates	<u>-13,053,679</u>	<u>-15,272,157</u>	<u>-3,335,851</u>	<u>-8,607,121</u>	<u>-40,268,808</u>
31 de Dezembro de 2021	58,434,991	43,446,858	26,753,502	1,914,178	130,549,530
Depreciações do exercício	15,454,988	15,960,053	6,572,544	756,936	38,744,521
Ajustamentos as depreciações	-3,058,676	3,730,988	-278,302	-22,880	371,130
Abates	-	-42,988	-3,575,935	-	-3,618,922
31 de Dezembro de 2022	<u>70,831,303</u>	<u>63,094,911</u>	<u>29,471,809</u>	<u>2,648,234</u>	<u>166,046,258</u>
Valor líquido					
A 1 de Janeiro de 2021	<u>101,203,340</u>	<u>32,493,109</u>	<u>13,033,985</u>	<u>3,513,666</u>	<u>150,244,099</u>
A 31 de Dezembro de 2021	<u>110,707,185</u>	<u>31,692,715</u>	<u>11,385,879</u>	<u>4,385,686</u>	<u>158,171,465</u>
A 31 de Dezembro de 2022	<u>116,315,181</u>	<u>45,943,684</u>	<u>7,832,122</u>	<u>9,448,855</u>	<u>179,539,839</u>

Em 2022, as adições nas rubricas de obras em edifícios arrendados e em equipamentos incluem a remodelação ocorrida no edifício sede, em linha com a estratégia de crescimento e consolidação do Banco.

As adições de equipamento informático inclui equipamento informático tais como servidores 5,412,066 Meticais, equipamento de segurança 3,602,343 Meticais e ATM's 3,644,887 Meticais.

	2022	2021
18 Activos e passivos sob direito de uso e Passivos de locação		
O movimento nos activos sob direito de uso apresenta-se como segue:		
Activos		
Saldo de abertura	91,257,394	114,572,353
Ajustamento do saldo de abertura	5,143,955	-
Novos contratos	20,369,518	9,302,150
Depreciação	<u>-35,897,830</u>	<u>-32,617,108</u>
Saldo final	<u>80,873,037</u>	<u>91,257,394</u>
Passivos		
Saldo de abertura	89,645,638	126,345,638
Ajustamento do saldo de abertura	-1,446,851	-
Novos contratos	20,369,518	9,302,150
Juros	3,784,076	3,133,057
Pagamentos	-30,778,439	-33,904,990
Custos com reavaliacao cambial	-793,940	-15,230,217
Saldo final	<u>80,780,003</u>	<u>89,645,638</u>

Os activos sobre direito de uso referem-se a contratos de arrendamento das agências do Banco.

19 Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Software
Custo:	
A 1 de Janeiro de 2021	<u>99,925,095</u>
Adições	17,645,160
Abates	<u>-2,368,195</u>
A 31 de Dezembro de 2021	115,202,059
Adições	<u>10,151,836</u>
A 31 de Dezembro de 2022	<u>125,353,895</u>
Amortizações acumuladas:	
Saldo a 1 Janeiro de 2021	<u>78,839,978</u>
Amortizações do exercício	7,343,218
Abates	<u>-2,368,195</u>
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	83,815,000
Amortizações do exercício	10,020,018
Ajustamentos as depreciações	1,675,684
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	<u>95,510,702</u>
Valor líquido	
A 1 de Janeiro de 2021	<u>21,085,117</u>
A 31 de Dezembro de 2021	<u>31,387,059</u>
A 31 de Dezembro de 2022	<u>29,843,193</u>

O Banco tem desenvolvido várias actividades para alargar a cobertura do serviço ao cliente, bem como melhorar a eficiência dos seus processos internos. Em 2022 o Banco desenvolveu e adquiriu novas aplicações ao nível das áreas de back-office do Banco e outras áreas do Banco. Estes projectos implicaram o aumento dos custos com amortizações.

20. Activos e passivos por impostos correntes

	2022	2021
20.1 Activos por impostos correntes		
Esta rubrica apresenta-se como segue:		
Retenções na fonte sobre - IRPC	<u>27,613,854</u>	<u>27,613,854</u>

20.2 Passivos por impostos correntes

Esta rubrica apresenta-se como segue:

IRPC a pagar	45,976,860	-
IRPC a pagar (WHT)	<u>6,026,672</u>	<u>-</u>
	<u>52,003,532</u>	<u>-</u>

21 Outros activos

Outros activos apresentam-se como segue:

	2022	2021
Custos diferidos	149,666,924	41,216,035
Outros valores a receber	8,395,975	4,273,234
Diversos	<u>10,787,323</u>	<u>9,985,720</u>
	<u>168,850,222</u>	<u>55,474,989</u>

A rubrica de custos diferidos é composta, essencialmente, pelas comissões incorridas com os correctores do crédito ao funcionário público no valor de MZN 133,137,961 (2021: MZN 23,042,630).

	2022	2021
22 Recursos de outras instituições de crédito		
Bancos estrangeiros	21,348,244	351,735,153
Juros a pagar	<u>-</u>	<u>957,450</u>
	<u>21,348,244</u>	<u>352,692,603</u>

O saldo em 31 de Dezembro de 2022 é referente ao Crown Agents Bank Limited (London) e o saldo é corrente.

	2022	2021
23 Depósitos de clientes		
A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:		
A ordem	3,643,738,164	2,555,876,924
A prazo	5,881,710,965	2,781,147,970
Contas poupança	58,620,344	62,623,677
Juros a pagar	<u>45,140,290</u>	<u>20,748,189</u>
	<u>9,629,209,763</u>	<u>5,420,396,760</u>

24 Empréstimos subordinados

A rubrica de depósitos de clientes é analisada como segue:

Empréstimos subordinados	210,771,000	-
Juros a pagar	<u>9,115,846</u>	<u>-</u>
	<u>219,886,846</u>	<u>-</u>

O empréstimo subordinado foi inteiramente subscrito pelo accionista FMBCapital Holdings Plc, no montante de USD 3.3 milhões, a uma taxa de juro anual nominal fixa equivalente a 9%, por um período de 5 anos.

25 Provisões

A rubrica provisões é analisada como segue:

	Garantias bancárias prestadas e créditos documentários	Provisões para contingências legais	Outras provisões	Total
2022				
Saldo de abertura	19,104,501	14,697,796	9,837	33,812,134
Provisão do exercício	8,941,835	6,400,000	7,289,452	22,631,287
Reversão do exercício	-7,249,548	-	-	-7,249,548
Utilização	-	-	-5,989,452	-5,989,452
Ajustamentos as provisões	-	-	311,526	311,526
Saldo final	<u>20,796,788</u>	<u>21,097,796</u>	<u>1,621,363</u>	<u>43,515,947</u>
2021				
Saldo de abertura	9,467,594	13,697,796	1,142,974	24,308,364
Provisão do exercício	19,089,245	1,000,000	-	20,089,245
Reversão do exercício	-7,921,217	-	-1,000,000	-8,921,217
Utilização	-	-	-133,137	-133,137
Diferenças de reavaliação cambial	-1,531,121	-	-	-1,531,121
Saldo final	<u>19,104,501</u>	<u>14,697,796</u>	<u>9,837</u>	<u>33,812,134</u>

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários correspondem às perdas de crédito esperadas e são calculadas tal como requerido pela IFRS9.

26 Outros passivos

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2022	2021
Acréscimos de gastos	141,341,666	81,030,643
Estado	28,744,208	11,646,426
Contas de regularização	35,720,161	7,146,287
	<u>205,806,035</u>	<u>99,823,356</u>

A rubrica de Contas de regularização é composta, essencialmente, pelos saldos de compensação em aberto nos últimos dias do ano, saldos esses regularizados nos dias 3 e 4 de Janeiro de 2023.

A rubrica de acréscimos inclui basicamente acréscimos de gastos administrativos no valor de 90,463,633 Meticais (2021: 42,563,502 Meticais).

As contas a pagar ao Estado encontram-se desagregadas abaixo:

IRPS	16,268,641	4,613,602
Imposto de selo	6,504,020	2,469,279
INSS	1,490,034	-
IVA	4,481,513	4,563,545
	<u>28,744,208</u>	<u>11,646,426</u>

27 Capital social

O capital social do banco apresenta a seguinte estrutura:

	2022	2021
FMB Capital Holding, Plc	1,360,000,000	1,360,000,000
Premier Capital	255,000,000	255,000,000
Prime Bank	85,000,000	85,000,000
	<u>1,700,000,000</u>	<u>1,700,000,000</u>

O número de acções do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

FMB Capital Holding, Plc	13,600,000	13,600,000
Premier Capital	2,550,000	2,550,000
Prime Bank	850,000	850,000
	<u>17,000,000</u>	<u>17,000,000</u>
FMB Capital Holding, Plc	80.00%	80.00%
Premier Capital	15.00%	15.00%
Prime Bank	5.00%	5.00%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Saldo inicial	17,000,000	15,150,000
Acções emitidas	-	1,850,000
Saldo final	<u>17,000,000</u>	<u>17,000,000</u>

28 Reservas

As reservas apresentam-se como segue:

Reserva legal	89,659,920	61,349,071
Reserva de risco de crédito	48,322,590	48,322,590
	<u>137,982,510</u>	<u>109,671,661</u>

Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana em vigor à data de aprovação das contas, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 30% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital social.

Reserva de risco de crédito

Reservas, constituídas na legislação ora em vigor (Lei 15/99), segundo o qual "As instituições de crédito e sociedades financeiras constituir reservas especiais destinadas a reforçar a situação líquida ou a cobrir prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar".

	2022	2021
29 Itens não representativos de caixa incluídos nos (prejuízos) / lucros antes de impostos		
Depreciações e amortizações líquidos de abates (Nota 17,18 e 19)	-84,662,369	-76,829,673
Imparidade de crédito (Nota 15)	-37,978,925	-83,650,401
Outras provisões (Nota 25)	-15,381,739	-11,168,028
Perdas por imparidade de outros activos (Nota 12 e 13)	-1,297,330	338,695
	<u>-139,320,363</u>	<u>-171,309,407</u>

30 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

Caixa e disponibilidades no Banco Central (Nota 10)	777,123,142	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 11)	59,816,460	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	5,204,836,516	1,262,155,217
Reserva no Banco Central (Nota 10)	-	-690,552,704
	<u>6,041,776,118</u>	<u>1,699,618,956</u>

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2022, especificada nas diretrizes do Banco Central, ao abrigo do Aviso nº. 11/GBM/2021 de 31 de Dezembro e da Circular nº 06/EMO/2021, determina a manutenção média de depósitos junto do Banco Central de 10.5% para a moeda nacional e 11.5% para a moeda estrangeira de clientes residentes e não residentes e do Estado moçambicano. Sendo exigível uma reserva obrigatória com base em saldos médios.

31 Instrumentos financeiros
31.1 Classificação dos instrumentos

2022	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	Total
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	777,123,142	-	777,123,142
Disponibilidades em instituições de crédito	59,816,460	-	59,816,460
Aplicações em instituições de crédito	5,204,836,516	-	5,204,836,516
Activos financeiros ao custo amortizado	696,364,548	-	696,364,548
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,405,706,155	-	5,405,706,155
Outros activos	8,395,975	-	8,395,975
Total do activo	<u>12,152,242,796</u>	<u>6,327,548</u>	<u>12,158,570,344</u>

	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Total
Passivos financeiros			
Aplicações de instituições de crédito	21,348,244	-	21,348,244
Depósitos de clientes	9,629,209,763	-	9,629,209,763
Empréstimos Subordinados	219,886,846	-	219,886,846
Outros passivos	141,341,666	-	141,341,666
Total do passivo	<u>10,011,786,519</u>	<u>-</u>	<u>10,011,786,519</u>

2021	Custo amortizado	Justo valor através de outro rendimento integral	Total
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	877,737,680	-	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito	250,278,763	-	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito	1,262,155,217	-	1,262,155,217
Activos financeiros ao custo amortizado	785,601,714	-	785,601,714
Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,960,632,677	-	3,960,632,677
Outros activos	4,273,234	-	4,273,234
Total do activo	<u>7,140,679,285</u>	<u>6,327,548</u>	<u>7,147,006,833</u>

	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Total
Passivos financeiros			
Aplicações de instituições de crédito	352,692,603	-	352,692,603
Depósitos de clientes	5,420,396,760	-	5,420,396,760
Outros passivos	81,030,643	-	81,030,643
Total do passivo	<u>5,854,120,006</u>	<u>-</u>	<u>5,854,120,006</u>

31.2 Justo valor dos instrumentos financeiros
Activos financeiros ao custo amortizado

Estes activos são valorizados através de um modelo que usa quer variáveis observáveis, quer variáveis não observáveis no mercado. As variáveis não observáveis no mercado incluem pressupostos relativamente ao investimento, ao perfil de risco e aos pressupostos económicos relativamente à indústria e localização geográfica onde o investimento opera.

Os activos financeiros são descontados usando como referência uma taxa de juro indexada aos Bilhetes do tesouro, tendo sido considerada a taxa média para prazos iguais ou superior a 63 dias, equivalente a 17.71%.

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização cujos inputs, que apresentam um impacto significativo na determinação do justo valor, estão associados a informação observável no mercado, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Os quadros a seguir mostram a análise dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor por nível de hierarquia:

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor	-	-	6,327,548	6,327,548
	-	-	6,327,548	6,327,548
2021				
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor	-	-	6,327,548	6,327,548
	-	-	6,327,548	6,327,548

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2022		2021	
	Valor do balanço	Justo valor	Valor do balanço	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	777,123,142	777,123,142	877,737,680	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito	59,816,460	59,816,460	250,278,763	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito	5,204,836,516	5,204,836,516	1,262,155,217	1,262,155,217
Activos financeiros ao custo amortizado	696,364,548	696,364,548	785,601,714	785,601,714
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,405,706,155	5,405,706,155	3,960,632,677	3,960,632,677
Outros activos	8,395,975	8,395,975	4,273,234	4,273,234
	<u>12,152,242,796</u>	<u>12,152,242,796</u>	<u>7,140,679,285</u>	<u>7,140,679,285</u>
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	21,348,244	21,348,244	352,692,603	352,692,603
Depósitos de clientes	9,629,209,763	9,629,209,763	5,420,396,760	5,420,396,760
Empréstimos Subordinados	219,886,846	219,886,846	-	-
Outros passivos	141,341,666	141,341,666	81,030,643	81,030,643
	<u>10,011,786,519</u>	<u>10,011,786,519</u>	<u>5,854,120,006</u>	<u>5,854,120,006</u>
	<u>2,140,456,277</u>	<u>2,140,456,277</u>	<u>1,286,559,279</u>	<u>1,286,559,279</u>

O Conselho de Administração considera que todos os instrumentos financeiros aproximam do justo valor. O justo valor dos activos e passivos financeiros considera o valor em que o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, excepto numa venda forçada ou de liquidação.

32 Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Recursos de outras instituições

Premier Capital Mauritius	145,526	323,777
FMB, Capital Holdings	2,644,952	2,644,952
Prime Bank, Quenia	158,770	159,076
First Capitalbank Botswana	-	159,575,000
	<u>2,949,248</u>	<u>162,702,805</u>

Empréstimos subordinados

FMB Capital Holdings, Plc	219,886,846	-
	<u>219,886,846</u>	<u>-</u>

Outros passivos

FMB Capital Holdings, Plc	8,090,285	9,767,044
FCSSL	3,133,654	2,774,690
First Capital Bank Malawi	2,850,162	5,238,165
First Capital Bank Zâmbia	385,052	-
	<u>14,459,153</u>	<u>17,779,900</u>

Despesas suportadas

Premier Capital	-	1,044,551
FMB, Capital Holdings	52,829,623	19,402,163
FCSSL	15,715,852	7,927,978
First Capitalbank Botswana	1,638,904	4,631,012
First Capital Bank Malawi	9,004,873	2,130,174
	<u>79,189,253</u>	<u>35,135,878</u>

Ganhos reconhecidos

First Capital Zambia	1,182,482	-
FMB, Capital Holdings	-	15,713,925
FCSSL	-	7,674,600
	<u>1,182,482</u>	<u>23,388,525</u>

Benefícios dos órgãos de gestão

Remunerações	33,686,307	27,183,988
Cessação de emprego	-	10,679,550
	<u>33,686,307</u>	<u>37,863,538</u>

PARTES RELACIONADAS	RELAÇÃO
Premier Capital Mauritius	Accionista
FMB, Capital Holdings	Accionista
Prime Bank, Quenia	Accionista
First Capitalbank Botswana	Empresa do grupo
FCSSL	Empresa do grupo
First Capital Bank Malawi	Empresa do grupo
First Capital Bank Zâmbia	Empresa do grupo

33 Contingências e compromissos

	2022	2021
Garantias prestadas	5,991,891,553	1,582,022,413
Cartas de crédito	1,297,206,718	1,946,800,634
Limites de crédito não utilizados	739,713,214	679,506,629
Custódia de títulos	69,914,796	76,429,796
	<u>8,098,726,281</u>	<u>4,284,759,472</u>

34. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A gestão de riscos assenta na constante identificação e análise da exposição a diferentes riscos (crédito, mercado, liquidez, operacional e outros), e na execução de estratégias de maximização de resultados face aos riscos, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas.

A actividade do Banco é exposta a um conjunto de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de determinados graus de risco ou combinação de riscos. O objectivo do Banco é atingir um equilíbrio entre o risco e o retorno financeiro e minimizar os potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

Por natureza, a actividade do Banco assenta, essencialmente, na utilização de instrumentos financeiros. O Banco aceita depósitos de clientes quer a taxa de juro fixa, quer variável, e procura obter margens de rentabilidade investindo em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar as margens consolidando os fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais prolongados a taxas mais elevadas mantendo a liquidez suficiente para fazer face a todos os desembolsos necessários e obrigações que eventualmente ocorram.

As políticas de gestão de risco do Banco estão desenhadas para identificar e analisar esses riscos a fim de estabelecer determinados limites de risco e controlos de monitorização para assegurar a sua aderência aos limites estabelecidos, por meio de sistemas actualizados.

O Banco revê regularmente as políticas de gestão de risco e sistemas de forma a reflectir as alterações nos mercados, produtos e melhores práticas.

A análise qualitativa da gestão do risco do Banco é apresentada como segue:

Gestão do Risco de crédito

O comité de crédito do Banco é responsável por gerir o risco de crédito através das seguintes práticas:

- Garantir que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, IFRS e orientações relevantes de supervisão.

- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito do Banco, desde o instrumento individual até ao nível da carteira como um todo.

- Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.

- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.

- Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.

- Desenvolver e manter métricas para categorização das exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notações de risco estão sujeitas a revisões regulares.

- Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.

- Garantir que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.

- Estabelecer um processo de avaliação contabilística do risco de crédito e para contabilizar a ECL.

- Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, certificando-se de que os controlos e procedimentos estabelecidos estão adequadamente desenhados e implementados e são eficientes.

Aumento Significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas.

Ratings internos de crédito

As informações de classificação de crédito são baseadas numa série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamento de crédito experiente. A natureza da exposição e o tipo de tomador são considerados na análise. As notações de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento, conforme o risco de crédito se deteriora. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a notação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os seguintes dados são normalmente usados para monitorar as exposições individuais e numa perspectiva de Grupo económico:

- Registo de pagamentos, incluindo o cumprimento do serviço de dívida e atrasos no cumprimento de obrigações contratuais;
- Extensão da utilização do limite concedido;
- Reestruturação do prazo de pagamento e das condições de crédito;
- Mudanças nas condições comerciais, financeiras e económicas do negócio do cliente ou do sector que opera;
- Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de rating;
- Para exposições de retalho são tidos em consideração comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc.;
- Para exposições corporativas, é considerada uma revisão periódica do histórico e exposição dos clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como preços de obrigações cotadas, quando disponíveis, mudanças no sector em que o cliente opera, etc.

O Banco utiliza as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da PD (Probabilidade de incumprimento) para as respectivas exposições. O Banco recolhe informações de desempenho e de incumprimento sobre as suas exposições ao risco de crédito, analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As fontes de informação utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

Incorporação de informações prospectivas (Forward looking)

O Banco utiliza informações prospectivas, que estão amplamente disponíveis, na sua avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL. O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de “caso base” de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros possíveis cenários de previsão. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Grupo aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados, considerando um cenário base como o resultado mais provável e que consiste em informações usadas pelo Banco para planeamento estratégico e orçamento. O Banco identifica e documenta os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimara as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. O Banco não efectua alterações nas técnicas de estimativa ou pressupostos significativos usados durante o período de relato.

Mensuração da ECL

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte temporal. O seu cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliada utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PDs são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas para levar em conta as estimativas de condições futuras que afectarão a PD.

A LGD (perda dado o incumprimento) é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia. Os modelos de LGD para activos garantidos consideram previsões de avaliação de garantias futuras, considerando descontos de venda, tempo de realização de garantias e custo de realização das mesmas. Os modelos de LGD para activos não garantidos consideram o tempo de recuperação e taxas de recuperação. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela taxa de juro efectiva original do empréstimo.

EAD (exposição na data do incumprimento) é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de capital e juros, e perdas esperadas. A abordagem do Banco para a EAD reflecte as alterações esperadas na exposição ao longo da vida do empréstimo permitidas pelos termos contratuais actuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento em excesso, mudanças na utilização de compromissos não utilizados e acções de mitigação de crédito tomadas antes do incumprimento. Os modelos EAD usados pelo Banco reflectem igualmente as características das carteiras de crédito.

O Banco avalia a ECL considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não por um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contracto seja prática comercial comum. Contudo, para instrumentos financeiros como linhas de crédito renováveis e facilidades de descoberto que incluem um empréstimo e uma componente de compromisso não utilizada, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito no período de aviso prévio. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não é mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo que esse período se estenda além do período contratual máximo. Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. Os instrumentos financeiros são administrados de forma coletiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. Este período mais longo é estimado tendo em conta as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera tomar para mitigar a ECL, como por exemplo redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

O cálculo da ECL para fins contabilísticos é diferente do cálculo da ECL para fins regulamentares, embora muitos dos elementos utilizados sejam semelhantes.

Agrupamentos baseado em características de riscos compartilhados

Quando a ECL é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo de colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até ao vencimento;
- Indústria ou sector do mutuário;
- Valor da garantia em relação ao activo financeiro se tiver um impacto na probabilidade de ocorrência de um incumprimento.

Concentração do risco de crédito

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é detalhada na tabela abaixo. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos líquidos. Relativamente aos compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

	Empréstimos e adiantamentos aos Bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Investimentos em títulos ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira
2022					
Comércio	-	1,630,826,650	-	-	2,460,298,329
Agricultura	-	32,421,124	-	-	-
Retalho	-	1,865,355,628	-	-	2,862,545
Construção	-	26,655,367	-	-	450,525,531
Indústria	-	844,944,932	-	-	463,784,118
Mineração	-	-	-	-	1,084,844,981
Comunidade social e serviços	-	-	-	-	75,061,739
Transporte e comunicações	-	169,390,856	-	-	427,857,315
Indústria metalúrgica	-	403,781,554	-	-	1,350,000
Estado	-	-	694,764,548	-	-
Financeiro	3,049,194,830	-	-	6,327,548	-
Banco Central	2,155,641,686	-	1,600,000	-	-
Outros sectores	-	-	-	-	-
	<u>5,204,836,516</u>	<u>5,405,706,155</u>	<u>696,364,548</u>	<u>6,327,548</u>	<u>7,289,098,272</u>
2021					
Comércio	-	1,566,747,007	-	-	1,738,313,856
Agricultura	-	31,984,869	-	-	-
Retalho	-	488,774,925	-	-	-
Construção	-	103,730,429	-	-	321,648,312
Indústria	-	1,072,557,614	-	-	509,491,570
Mineração	-	318,358,574	-	-	584,273,454
Comunidade social e serviços	-	-	-	-	-
Transporte e comunicações	-	8,496,280	-	-	-
Indústria metalúrgica	-	215,021,172	-	-	1,850,000
Estado	-	-	784,401,714	-	-
Financeiro	446,810,000	-	-	6,327,548	-
Banco Central	815,345,217	-	1,200,000	-	-
Outros sectores	-	178,004,438	-	-	373,245,856
	<u>1,262,155,217</u>	<u>3,983,675,307</u>	<u>785,601,714</u>	<u>6,327,548</u>	<u>3,528,823,047</u>

Exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, rating interno e “estágio”

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e “estágio” sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito é fornecida nas tabelas seguintes. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

	Grau de investimento	Monitoramento padrão	Empréstimos em incumprimento	Imparidade	Exposição líquida	2021
2022						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	7,123,142	-	-	-	777,123,142	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito	59,816,460	-	-	-	59,816,460	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito	5,204,846,918	-	-	-10,402	5,204,836,516	1,262,155,217
Activos financeiros ao custo amortizado	700,175,702	-	-	-3,811,154	696,364,548	785,601,714
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,316,543,283	95,554,629	29,911,322	-36,303,079	5,405,706,155	3,983,675,307
Outros activos	19,183,298	-	-	-	19,183,298	14,258,954
Garantias bancárias e cartas de crédito	2,322,513,714	-	-	-43,515,947	2,278,997,766	3,509,718,546
	<u>14,400,202,516</u>	<u>95,554,629</u>	<u>29,911,322</u>	<u>-83,640,582</u>	<u>14,442,027,885</u>	<u>10,683,426,181</u>

Perdas por imparidade por classe

A tabela abaixo resume as provisões para perdas esperada em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, por classe de exposição/activo:

Classe do instrumento financeiro

	2022	2021
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	36,303,079	46,695,299
Investimentos em títulos ao custo amortizado	3,811,154	2,503,754
Activos não correntes detidos para a venda	18,364,721	18,364,721
Outros activos financeiros	10,402	20,472
Garantias bancárias e cartas de crédito	20,796,788	19,104,501
	79,286,144	86,688,747

Activos financeiros por maturidade contratual

Um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição perfizer 30 dias em atraso. Para empréstimos corporativos e outras exposições existem informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar um potencial aumento significativo no risco de crédito. A tabela abaixo apresenta a carteira bruta dos empréstimos e adiantamento a clientes por antiguidade de saldos:

Categoria	Crédito bruto concedido
Não vencido	5,045,999,560
Até 30 dias	408,259,849
31 a 90 dias	127,513,667
91 a 180 dias	975,858
181 a 360 dias	1,617,337
Acima de 360 dias	5,699,155
Reestruturados	24,251,467
	5,614,316,893

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito ao retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação.

Empréstimo corporativo

O Banco solicita garantias e colaterais para empréstimos corporativos. O indicador mais relevante da qualidade de crédito dos clientes corporativos é a análise do seu desempenho financeiro e a sua liquidez, alavancagem, eficácia da gestão e índices de crescimento. Por essa razão, a avaliação de garantias detidas contra empréstimos corporativos não é atualizada rotineiramente. A avaliação de tais garantias é atualizada se o empréstimo for colocado na "lista de observação" e, portanto, sujeito a uma monitoria mais regular. Para créditos com redução no valor recuperável, o Banco obtém avaliações atualizadas de garantias para determinar as suas acções de gestão de risco de crédito.

Investimentos em títulos

O Banco detém investimentos em títulos mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 696.4 milhões de meticais e através do rendimento integral com um valor contabilístico de 6.3 milhões de meticais. Os investimentos em títulos detidos pelo Banco são obrigações governamentais, bilhetes de tesouro e obrigações corporativas, que não são garantidas.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue fazer face ao serviço de dívida, pode pedir a dilatação do período de pagamento ou uma moratória. Na data de vencimento do período de moratória ou carência, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva de que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado evidencia sinais de imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possa ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou ser objecto de uma reestruturação financeira significativa;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:

- Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
- Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.
- Depreciação do valor do colateral; e
- Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pague a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral; ou
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, incluindo o cumprimento de determinadas condições ou rácios financeiros.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito malparado são avaliadas individualmente quanto a uma potencial imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais uma perda de imparidade é e continua a ser reconhecida não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da sua execução menos os custos de tomada de posse e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece imparidades por contrapartida de resultados para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Mediante uma avaliação de que não existe uma perspectiva realista da sua recuperação ou de que parte da dívida é incobrável, é efectuado o abate da dívida por contrapartida da imparidade acumulada. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida, sendo que a oportunidade e a extensão dos abates podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo. No entanto, um abate, muitas vezes, será precedido de um evento específico, como o início do processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, o que torna possível estabelecer que uma parte ou a totalidade do empréstimo está além da perspectiva realista de recuperação.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como outros proveitos na demonstração de resultados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais ou de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de manter valores mínimos de liquidez e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Adicionalmente, o Banco dispõe de linhas de financiamento adicionais como plano de contingência, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez e diversificada que poderá ser facilmente utilizada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. Além disso, o Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 10,5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado, para a moeda nacional e 11,5% para a moeda estrangeira. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto com o mercado em geral assim como com o Banco em particular.

O Banco monitora diariamente os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes, que consistem na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, face aos depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2022	Correntes	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	777,123,142	-	-	-	-	777,123,142
Disponibilidades em instituições de crédito	59,816,460	-	-	-	-	59,816,460
Aplicações em instituições de crédito	0	4,255,877,686	948,958,830	-	-	5,204,836,516
Activos financeiros ao custo amortizado	26,257,248	1,600,000	311,187,800	357,319,500	-	696,364,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	88,947,386	428,740,945	2,052,594,527	1,567,719,073	1,267,704,225	5,405,706,155
	952,144,236	4,686,218,631	3,312,741,157	1,925,038,573	1,267,704,225	12,143,846,821
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	9,144,132	12,204,112	-	-	-	21,348,244
Depósitos de clientes	3,747,498,797	2,473,507,357	3,408,203,608	-	-	9,629,209,763
Empréstimos Subordinados	-	-	-	219,886,846	-	219,886,846
Passivos de locação	-	8,235,093	25,066,992	29,839,699	17,638,218	80,780,003
Total passivos	3,756,642,929	2,493,946,562	3,433,270,601	249,726,545	17,638,218	9,951,224,855
Valor líquido	(2,804,498,694)	2,192,272,069	(120,529,444)	1,675,312,028	1,250,066,007	2,192,621,966
2021						
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	877,737,680	-	-	-	-	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito	250,278,763	-	-	-	-	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito	-	1,262,155,217	-	-	-	1,262,155,217
Activos financeiros ao custo amortizado	20,894,414	-	1,200,000	763,507,300	-	785,601,714
Empréstimos e adiantamentos a clientes	150,004,024	326,198,539	1,864,083,976	1,278,627,927	364,760,841	3,983,675,307
Total activos	1,298,914,881	1,588,353,755	1,865,283,976	2,042,135,227	364,760,841	7,159,448,680
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	193,117,603	159,575,000	-	-	-	352,692,603
Depósitos de clientes	3,111,226,055	640,499,527	1,668,671,178	-	-	5,420,396,760
Passivos de locação	-	7,713,617	21,620,601	53,437,893	6,873,528	89,645,639
Total passivos	3,304,343,657	807,788,144	1,690,291,779	53,437,893	6,873,528	5,862,735,001
Valor líquido	(2,005,428,776)	780,565,612	174,992,197	1,988,697,334	357,887,313	1,296,713,680

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irão variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações de instrumentos financeiros com mercados activos.

A política e estratégia de gestão de risco de mercado é executada pela Tesouraria e monitorizada pela função de Gestão de Risco, sob a supervisão do ALCO, que se reúne numa base mensal.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os fluxos de caixa futuros ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações ou resultar em perdas em caso de ocorrerem variações não previstas.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de clientes.

2022	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem exposição à taxa de juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	777,123,142	777,123,142
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	59,816,460	59,816,460
Aplicações em instituições de crédito	5,204,836,516	-	-	-	5,204,836,516
Activos financeiros ao custo amortizado	27,857,248	668,507,300	-	-	696,364,548
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,405,706,155	-	-	-	5,405,706,155
Outros activos	-	-	-	19,183,298	19,183,298
	<u>10,638,399,919</u>	<u>668,507,300</u>	<u>-</u>	<u>862,450,448</u>	<u>12,169,357,667</u>
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	21,348,244	-	-	-	21,348,244
Depósitos de clientes	6,221,006,154	3,408,203,608	-	-	9,629,209,763
Empréstimos Subordinados	-	219,886,846	-	-	219,886,846
Total passivos	<u>6,242,354,399</u>	<u>3,408,203,608</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9,670,444,853</u>
Valor líquido	<u>4,396,045,520</u>	<u>-2,739,696,308</u>	<u>-</u>	<u>862,450,448</u>	<u>2,998,912,814</u>

2021	Menos de 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem exposição à taxa de juros	Total
Activos financeiros					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	877,737,680	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	250,278,763	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito	1,262,155,217	-	-	-	1,262,155,217
Activos financeiros ao custo amortizado	20,894,414	764,707,300	-	-	785,601,714
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6,327,548	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3,983,675,307	-	-	-	3,983,675,307
Outros activos	-	-	-	14,258,954	14,258,954
	<u>5,266,724,937</u>	<u>764,707,300</u>	<u>-</u>	<u>1,148,602,944</u>	<u>7,180,035,182</u>
Passivos financeiros					
Recursos de instituições de crédito	352,692,603	-	-	-	352,692,603
Depósitos de clientes	3,751,725,582	1,668,671,178	-	-	5,420,396,760
Total passivos	<u>4,104,418,185</u>	<u>1,668,671,178</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,773,089,363</u>
Valor líquido	<u>1,162,306,752</u>	<u>-903,963,878</u>	<u>-</u>	<u>1,148,602,944</u>	<u>1,406,945,820</u>

O impacto na demonstração dos resultados decorrente da alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 é estimada como segue:

	Aumento/ (diminuição) em p.p	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2022	+2p.p	-33,126,984	33,126,984
	-2p.p	33,126,984	-33,126,984
2021	+2p.p	-5,166,858	5,166,858
	-2p.p	5,166,858	-5,166,858

Risco cambial

O risco cambial é o risco do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio de mercado. O Conselho de Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, em cumprimento das disposições legais em vigor e limites regulamentares aplicáveis. De acordo com a política do Banco, as posições são monitorizadas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021:

2022	MZN	USD	ZAR	EUR	INR	GBP	Total
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	215,800,933	552,848,750	2,433,550	6,039,909	-	-	777,123,142
Disponibilidades em instituições de crédito	14,884,076	35,556,197	-	8,323,119	281,615	771,452	59,816,460
Aplicações em instituições de crédito	2,152,169,944	3,040,977,507	11,689,065	-	-	-	5,204,836,516
Activos financeiros ao custo amortizado	696,364,548	-	-	-	-	-	696,364,548
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6,327,548	-	-	-	-	-	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4,100,545,509	1,305,160,646	-	-	-	-	5,405,706,155
	<u>7,186,092,558</u>	<u>4,934,543,100</u>	<u>14,122,615</u>	<u>14,363,029</u>	<u>281,615</u>	<u>771,452</u>	<u>12,150,174,369</u>
Passivos financeiros							
Recursos de instituições de crédito	12,204,112	-	9,144,132	-	-	-	21,348,244
Depósitos de clientes	5,216,784,016	4,394,735,710	4,490,866	13,199,171	-	-	9,629,209,763
Empréstimos Subordinados	-	219,886,846	-	-	-	-	219,886,846
Passivos de locação	22,282,889	58,497,114	-	-	-	-	80,780,002
Total passivos	<u>5,251,271,017</u>	<u>4,673,119,670</u>	<u>13,634,998</u>	<u>13,199,171</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9,951,224,854</u>
Valor líquido	<u>1,934,821,541</u>	<u>261,423,430</u>	<u>487,618</u>	<u>1,163,858</u>	<u>281,615</u>	<u>771,452</u>	<u>2,198,949,515</u>
2021							
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades no Banco Central	457,989,529	412,296,701	3,537,375	3,914,075	-	-	877,737,680
Disponibilidades em instituições de crédito	2,307,677	238,895,689	453,383	8,373,658	163,247	85,109	250,278,763
Aplicações em instituições de crédito	815,345,217	446,810,000	-	-	-	-	1,262,155,217
Activos financeiros ao custo amortizado	785,601,714	-	-	-	-	-	785,601,714
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6,327,548	-	-	-	-	-	6,327,548
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,511,009,014	1,472,666,293	-	-	-	-	3,983,675,307
	<u>4,578,580,699</u>	<u>2,570,668,683</u>	<u>3,990,758</u>	<u>12,287,733</u>	<u>163,247</u>	<u>85,109</u>	<u>7,165,776,229</u>
Passivos financeiros							
Recursos de instituições de crédito	25,620,460	327,072,143	-	-	-	-	352,692,603
Depósitos de clientes	3,501,833,700	1,905,471,161	3,374,405	9,717,494	-	-	5,420,396,760
Passivos de locação	20,731,208	68,914,430	-	-	-	-	89,645,638
Total passivos	<u>3,548,185,368</u>	<u>2,301,457,735</u>	<u>3,374,405</u>	<u>9,717,494</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,862,735,000</u>
Valor líquido	<u>1,030,395,330</u>	<u>269,210,948</u>	<u>616,353</u>	<u>2,570,240</u>	<u>163,247</u>	<u>85,109</u>	<u>1,303,041,228</u>

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD e ZAR, mantendo as restantes variáveis constantes.

O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capitais próprios.

	Alteração na taxa de câmbios de USD	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2022	+10%	26,142,343	-26,142,343
	-10%	-26,142,343	26,142,343
2021	+10%	26,921,095	-26,921,095
	-10%	-26,921,095	26,921,095

	Alteração na taxa de câmbios de ZAR	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto nos fundos próprios
2022	+5%	24,381	-24,381
	-5%	-24,381	24,381
2021	+5%	30,818	-30,818
	-5%	-30,818	30,818

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância contante e respondendo aos riscos potenciais de forma proactiva, é capaz de gerir e mitigar os riscos inerentes à sua actividade. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, gestão de acessos, níveis de autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorizada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o crescimento do seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A adequação de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorizados regularmente pelo Conselho de Administração do Banco, aplicando técnicas baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique. O Banco Central requer que cada Banco cumpra um mínimo de activo de ponderação de risco (rácio de solvabilidade) acima ou no limite de 12%. O capital regulamentar do Banco é monitorado pelo departamento de gestão de risco e é dividido em:

- Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- Tier 2 capital: dívida subordinada, imparidade colectiva e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de cinco riscos, classificada de acordo com a sua natureza e reflectindo uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais com alguns ajustamentos a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital do Banco para o ano findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

	2022	2021
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	1,700,000,000	1,700,000,000
Reservas elegíveis e resultados transitados	-12,747,614	-107,116,765
Activos intangíveis	-29,843,192	-31,387,058
Provisões para imparidade gap(*)	-107,102,308	-77,348,189
Fundos próprios de base (Tier I)	<u>1,550,306,886</u>	<u>1,484,147,988</u>
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Provisões para riscos gerais de crédito ate ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	927,135	646,469
Empréstimos subordinados, nas condições referidas no artigo 13	210,771,000	-
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Parte que excede os limites de concentração de riscos	-6,379,123	-
Fundos próprios de base complementares (Tier I e Tier II)	<u>1,755,625,897</u>	<u>1,484,794,456</u>
Activos ponderados pelo risco		
Na posição financeira	7,085,797,694	4,954,678,375
Contas extrapatrimoniais	331,278,879	217,071,177
Risco operacional e de mercado	267,948,717	238,083,909
Total dos activos ponderados	<u>7,685,025,289</u>	<u>5,409,833,461</u>

Rácios prudenciais

Tier I	20%	27%
Tier II	3%	0%
Rácio de solvência	23%	27%
Rácio de solvência exigido	12%	12%

(*) Representa a diferença entre a imparidade determinada com base no modelo de imparidade interno, em conformidade com o IFRS 9, e o mínimo apurado de acordo com os requisitos definidos pelo Banco de Moçambique.

Estas alterações tem impacto na liquidez do Banco em moeda nacional na ordem de MZN 1,060,100,845 e em moeda estrangeira na ordem de MZN 959,380,657, a partir da última semana de Fevereiro de 2023. Não obstante as alterações verificadas, em função da situação confortável de liquidez, não são esperadas alterações relevantes na estratégia anteriormente definida para 2023.

36. Acontecimentos após a data de balanço

A 25 de Janeiro de 2023 o Banco de Moçambique emitiu a Circular Nº.01/EMO/2023, revogando a circular Nº.06/EMO/2021 de 14 de Setembro, com novas taxas de incidência de reservas obrigatórias quer para a moeda nacional, quer para a moeda estrangeira.

O coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional alterou de 10,5% na data de reporte para 28%, enquanto que o coeficiente em moeda estrangeira alterou de 11.5% para 28.5%. Estas alterações entraram em vigor a partir do período de constituição de reservas obrigatórias que se iniciou no dia 22 de Fevereiro de 2023.

O Administrador Delegado

O Conselho de Administração

Circular nº3/SHC/2007 Modelo III

Rubricas	ACTIVO	2022			2021		Rubricas	PASSIVO	2022	2021
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido					
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	777 123	-	777 123	877 738	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-	
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	59 816	-	59 816	250 279	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	21 348	352 693	
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	-	-	-	-	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	9 629 210	5 420 397	
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	5 204 847	10	5 204 837	1 262 155	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-	
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	5 442 009	36 303	5 405 706,16	3 960 632,68	44	Derivados de Cobertura	-	-	
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	700 176	3 811	696 365	785 800	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-	-	
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	-	47	Provisões	43 516	33 812	
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	26 842	18 365	8 477	4 952	490	Passivos por Impostos correntes	52 004	-	
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-	
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	525 854	265 441	260 413	249 429	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	219 886,85	-	
29-3583-361	Activos Intangíveis	125 354	95 511	29 843	31 387	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	437 096	292 073	
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	6 328	-	6 328	6 328		Total do Passivo	10 403 061	6 098 975	
300	Activos por Impostos correntes	27 614	-	27 614	27 614	55	Capital	1 700 000	1 700 000	
301	Activos por Impostos diferidos	-	-	-	172 033	602	Premios de Emissão	-	-	
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	319 361	-	319 361	157 881	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-	
						-56	Accoes Proprias	-	-	
						58+59	Reservas de Reavaliacao	-	-	
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(12 747)	(107 116,76)	
						64	Resultado do Exercício	705 568	94 369	
						-63	(Dividendos antecipados)	-	-	
	TOTAL DO ACTIVO	13 215 323	419 441	12 795 882	7 786 228		TOTAL DO PASSIVO	12 795 882	7 786 228	

Circular nº3/SHC/2007 Modelo IV

Rubricas		2022	2021
79+80	Juros e Rendimentos Similares	1 154 507	810 796
66+67	Juros e Encargos Similares	302 694	328 165
	Margem Financeira	851 813	482 630
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e Comissões	267 998	162 903
68	Encargos com Serviços e Comissões	(40 044)	(23 839)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-
-694+834	Resultados de Reavaliação Cambial	669 558	183 795
-690+830	Resultados de Alienação de Outros Activos	1 775,67	(713)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Outros Resultados de Exploração	(2 435)	(36 275)
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Produto Bancario	1 748 666	768 502
70	Custo com Pessoal	(347 153)	(285 119)
71	Gastos Gerais Administrativos	(275 886)	(185 642)
77	Amortização do Exercício	(84 662)	(76 830)
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(15 382)	(11 168)
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquidos de Reversões e Recuperações	(39 276)	(83 312)
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Líquidos de reversões e Recuperações	0	0
	Resultado Antes de Impostos	986 306	126 431
65	Impostos Correntes	108 705	65 053
74-86	Impostos Diferidos	172 033	(32 991)
640	Resultados após Impostos	705 568	94 369
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Líquido após Impostos de Operações Descontinuadas	-	-
	TOTAL	705 568	94 369

Melhor Banco de Trade Finance e Melhor Provedor de Serviços de Internet Banking em Moçambique.

